

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS**

GABRIELA REPPETTO DA ROSA

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Jaguarão/RS

2023

GABRIELA REPPETTO DA ROSA

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E O DESENVOLVIMENTO DA
CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Letras –
Português da Universidade Federal
do Pampa, Polo Santana do
Livramento, como requisito parcial
para obtenção do título de licenciada
em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia
Camerini Corrêa Pérez

Jaguarão/RS

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R425p Rosa, Gabriela Reppetto da
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN / Gabriela Reppetto da Rosa.
54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2023.
"Orientação: Claudia Camerini Corrêa Pérez".

1. Educação Especial. 2. Síndrome de Down. 3. Plano Educacional Individualizado. 4. Inclusão Educacional. 5. Aprendizagem. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Pampa

GABRIELA REPPETTO DA ROSA

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM
SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao
Curso de Letras –
Português da Universidade
Federal do Pampa, Polo
Santana do Livramento,
como requisito parcial
para obtenção do título de
licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 21 de julho de 2023.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Cláudia Camerini Corrêa Pérez

Orientadora
(Unipampa)

Profa. Dra. Denise Aparecida Moser
(Unipampa)

Profa. Dra. Marcela Wanglon Richter
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **CLAUDIA CAMERINI CORREA PEREZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/07/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **DENISE APARECIDA MOSER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/07/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MARCELA WANGLON RICHTER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/07/2023, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1196580** e o código CRC **D333047F**.

Unipampa – Campus Jaguarão

Rua Conselheiro Diana, nº 650 - Jaguarão/RS - CEP: 96300-000
Telefones: (53) 3261-4269, (53) 3240-5450

RESUMO

A importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) na inclusão de crianças com SD no sistema regular de ensino é evidenciada no presente estudo, que teve por objetivo geral: analisar as diretrizes de atenção à pessoa com SD, com foco no Plano Educacional Individualizado (PEI), a partir de uma revisão bibliográfica e integrativa. A pesquisa aborda as diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down (SD), a necessidade de educação inclusiva e a relevância do PEI como uma ferramenta para promover a igualdade de oportunidades e direitos. Os resultados destacam aspectos positivos, como a participação e aprendizagem de todos os estudantes, o enriquecimento mútuo e a estimulação da ludicidade. No entanto, também são identificados desafios, como a falta de formação adequada dos professores, a escassez de recursos e estrutura física, e a incoerência entre aspecto legal e prática. Para superar esses desafios, são necessários investimentos em formação continuada, mudanças nas políticas e formas de trabalho, além de pesquisas futuras que abordem estratégias efetivas de organização e implementação do PEI, especialmente para crianças com SD. A presente pesquisa contribui para o conhecimento sobre a inclusão educacional e destaca a importância do PEI na promoção de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação Especial. Plano Educacional Individualizado. Inclusão Educacional. Aprendizagem.

ABSTRACT

The importance of the Individualized Educational Plan (IEP) in the inclusion of children with DS in the regular education system is evidenced in the present study, which had the general objective: to analyze the care guidelines for people with DS, focusing on the Individualized Educational Plan (IEP), based on a bibliographic and integrative review. The research addresses the care guidelines for people with Down Syndrome (DS), the need for inclusive education and the relevance of the PEI as a tool to promote equal opportunities and rights. The results highlight positive aspects, such as participation and learning by all students, mutual enrichment and stimulation of playfulness. However, challenges are also identified, such as the lack of adequate training for teachers, the scarcity of resources and physical structure, and the inconsistency between legal and practical aspects. To overcome these challenges, investments are needed in continuing education, changes in policies and ways of working, as well as future research that addresses effective strategies for organizing and implementing the IEP, especially for children with DS. This research contributes to knowledge about educational inclusion and highlights the importance of the PEI in promoting quality education for all students.

Keywords: Down Syndrome. Special Education. Individualized Educational Plan. Inclusive Education. Learning.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2.1 Deficiência e atendimento educacional: educação especial e inclusiva..	11
2.2 A criança com SD e seu aprendizado	13
2.2.1 – Desenvolvimento e aprendizagem da criança com SD.....	15
2.3 – Políticas públicas brasileiras de inclusão	20
2.4 – Plano Educacional Individualizado: o que é, como fazer e como aplicar?	25
2.5 – A legislação brasileira e o PEI para Crianças com deficiências.....	28
3 METODOLOGIA.....	31
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	33
4.1 Os desafios na educação de crianças com SD: compreendendo as principais dificuldades e apontando os aspectos positivos	33
4.2 Benefícios e desafios da implementação do PEI para crianças com deficiências.	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de crianças com deficiência dentro das instituições regulares de ensino tem sido amplamente discutida, tornando-se um tema de reflexão significativo nos últimos anos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), “[...] entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes, também é ofertada em instituições de ensino especializadas (escolas para pessoas cegas ou surdas por exemplo) onde o ensino é o mesmo que o visto no regular, mas sofre adaptações para atender às necessidades desses estudantes (BRASIL, 2007).

A educação inclusiva engloba a educação especial e as diversidades, sociais, culturais, de gênero, físicas, ou seja, a educação para todos.

Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os estudantes.

Com base nessas definições, são concebidos e desenvolvidos recursos que visam integrar-se ao currículo escolar, dentro do contexto do ensino regular, sendo assim, Gomes (2022) explica que o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento de planejamento e acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, cuja referência é a trajetória individual de cada um.

Segundo Diversa (S/D) O modelo mais comum, adotado por escolas e redes de ensino no Brasil baseia-se em seis áreas de habilidades: acadêmicas, da vida diária, motoras/atividade física, sociais, recreação/lazer e pré-profissionais/profissionais. Quando aplicado numa perspectiva inclusiva, pode-

se tornar uma importante ferramenta de apoio ao trabalho em sala de aula, principalmente na avaliação de estudantes público-alvo da educação especial.

Meu interesse pela educação especial e inclusiva se deu no Ensino Médio quando fui colega de inclusão, que tinha muita dificuldade na sala de aula. Como estudávamos em uma escola Estadual do Rio Grande do Sul, esta não possuía um monitor que o auxiliasse dentro da sala de aula. Por isso, eu tentava ajudá-lo no horário de aula na escola. No horário inverso do horário de aula, o aluno frequentava a sala de recursos com a professora responsável por aquela sala que o auxiliava.

Após alguns anos, em 2016, fui agraciado por Deus com o nascimento do meu filho, que veio ao mundo com Síndrome de Down (SD). Essa dádiva foi a maior bênção que poderia receber. Desde então, tenho dedicado minha vida à luta pela inclusão, pois enfrentamos diversos momentos de preconceito e discriminação em uma escola específica, o que me levou a retirar meu filho de lá. Além disso, trabalho como monitora escolar em outra escola, onde tenho a oportunidade de auxiliar diversas crianças inclusas.

Infelizmente nos dias de hoje, ainda presenciamos muita discriminação dentro das escolas, por pessoas que estão à frente de uma sala de aula. Neste contexto, quero poder através do meu trabalho, aprofundar meus conhecimentos sobre inclusão e poder auxiliar pais de crianças incluídas a saberem lidar e a lutar pelos direitos dos seus filhos, quando se depararem em algum momento de discriminação.

Sabe-se que existem formas de inserção social, uma delas é a integração e a outra a inclusão, porém as duas se diferem, a integração trata das deficiências como problema de cada pessoa e tem por objetivo fazer com que a pessoa se adeque as regras do grupo (LIMA, 2021).

Na inclusão este processo é diferente, pois nesta acaba considerando as necessidades de educação de cada sujeito, dessa forma, a inclusão considera as necessidades de educação de cada sujeito, as regras do grupo devem adaptar ou adequarem-se ao sujeito incluso (LIMA, 2021).

Portanto, a inclusão é uma obrigatoriedade do setor educacional e, por isso, o pensamento fundamental para nortear a busca por uma educação inclusiva é fazer com que haja uma interação maior entre alunos sem deficiências, alunos com deficiências e educadores nas escolas tradicionais, o

que demanda tempo e ações afirmativas por parte de todas as esferas do governo brasileiro para adequar as escolas, professores e alunos especiais.

Dessa forma, pensar em inclusão é pensar em garantia da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, dispostos no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Contudo, vale ressaltar que a inclusão não é somente disponibilizar vagas e efetivar matrículas, mas sim, incluir esse aluno e adaptar-se para que este aluno possa ter condições de se desenvolver a partir de suas limitações, promovendo um ensino de qualidade (RODRIGUES, 2006)

Surge então, a questão norteadora deste trabalho: qual é a importância do Plano Educacional Individual (PEI) para crianças com SD e como ele contribui para seu processo de aprendizagem e inclusão no sistema regular de ensino?

Para responder a essa pergunta foi necessário definir como objetivo geral: analisar as diretrizes de atenção à pessoa com SD, com foco no Plano Educacional Individualizado (PEI), a partir de uma revisão bibliográfica e integrativa.

Com o intuito de nortear a pesquisa foi de extrema importância delimitar objetivos específicos para que se pudesse alcançar e responder à questão norteadora desse trabalho. Por isso, definiu-se que seria necessário: entender como se dá o processo de Inclusão de Crianças com SD no sistema regular de ensino; Realizar uma revisão integrativa acerca dos processos de aprendizagem da criança com síndrome de Down; Realizar uma revisão bibliográfica abrangente sobre o conceito, fundamentos teóricos, elaboração, aplicação e normativas a nível nacional relacionada ao Plano Educacional Individualizado (PEI); e descrever quais são as normativas específicas acerca da inclusão educacional de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em referencial teórico, metodologia, análise e discussão da revisão bibliográfica e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente trabalho, discorre sobre a SD. Por isso, apresentam-se nas próximas seções sobre a compreensão do que é deficiência e atendimento educacional, o que é a SD, o processo de aprendizado, políticas públicas e legislação vigente acerca da inclusão e Ensino através do Plano Educacional Individualizado.

2.1 Deficiência e atendimento educacional: educação especial e inclusiva.

Antes de se adentrar no que diz respeito ao objeto de estudo, primeiro se deve definir a concepção do que é deficiência. O tema é amplamente debatido nas últimas décadas, por isso, a concepção da Organização Mundial de Saúde (2006, p.26) é relevante mencioná-la:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Assim, pode-se perceber que a deficiência vem sendo conceituada como um impedimento ou alteração, devido a uma doença sobre o corpo ou por alguma condição que altera a forma estrutural ou funcional do indivíduo. Destarte, salienta-se que as pessoas com algum tipo de deficiência possuem alguma limitação intrínseca ou extrínseca, que pode ser visual, auditiva, mental ou motora.

Sabe-se que as pessoas com deficiências sempre tiveram uma luta para se inserirem junto à sociedade, sendo definidas de diversos modos segundo cada período cultural e histórico da evolução humana. São muitas as bases teóricas para definir o processo de evolução do conceito de deficiências, onde inúmeros autores consagraram-se por abordar tal temática.

Para não se tornar exaustiva as leituras apresentam-se dois autores muito mencionados em diversos trabalhos de cunho acadêmico, Voivodic (2008) e, Mazzotta (2011) que discorrem acerca da deficiência de forma inigualável, pois percebem todo o contexto histórico e social da luta pela igualdade desses

sujeitos detentores de direitos, como qualquer outro cidadão, que possam ser definidos como “normais”.

Infelizmente, até os dias de hoje, a percepção das deficiências é algo que enseja uma discussão aprofundada e efetivação de políticas públicas afirmativas, pois na visão de muitos, as pessoas com deficiência são sujeitos que não conseguem fazer nada, tem Quociente de Inteligência abaixo da média e não podem ser alfabetizadas e aprender qualquer assunto que seja. Essa visão, é algo que ainda permeia a sociedade nos dias atuais (LIMA, 2021).

Com o amadurecimento da sociedade os conceitos e percepções acerca dos indivíduos com algum tipo de deficiência, acabaram se desenvolvendo, e os autores e boa parte da sociedade acabam entendendo que essas pessoas têm capacidades, porém apresentam dificuldades de adaptação e comportamentos diferenciados, que dificultam a aprendizagem. Por isso precisam de atendimento especializado para que possam se desenvolver da melhor forma possível.

Segundo Voivodic (2008) essa premissa, vem sendo aceita porque as crianças com algum tipo de deficiência acabam possuindo desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual diferente das crianças ditas “normais” e assim precisam de apoio para desenvolver ao máximo suas capacidades.

Se partir do ponto de vista da educação, são crianças que necessitam de metodologias e ferramentas educacionais diferenciadas para que atinjam suas potencialidades no que diz respeito às suas dificuldades motoras, físicas, emocionais, sociais e intelectuais (CATAFESTA, 2013).

Partindo então do ponto de vista educacional, a escola deve ser um espaço para todos e assim buscar alternativa para o acesso de todos os sujeitos. A entrada das crianças com algum tipo de deficiência deve acontecer o mais breve possível, para poder desenvolvê-la através de uma mediação significativa, pois, quanto mais cedo começar mais habilidades e desenvolvimento terá (LIMA, 2021).

No que diz respeito às crianças com SD e outras deficiências, é visto, que com os estudos atuais acerca das mais diversas deficiências em âmbito educacional, as crianças têm suas particularidades e limitações, mas como todas as outras crianças, ditas “normais” podem se desenvolver. Estas somente poderão se desenvolver se houver estímulo tanto por parte das famílias quanto

por parte de um sistema regular de ensino que o inclua e se adapte as suas especificidades (SANTOS; MENEZES; ROSA, 2016).

Na próxima seção abordam-se a SD e como se dá o aprendizado dessas crianças.

2.2 A criança com SD e seu aprendizado

Sabe-se que muito se tem falado em âmbito acadêmico sobre os diversos tipos de deficiências, porém os que mais se destacam em trabalhos acadêmicos nas últimas décadas são os de crianças com Autismo e crianças com SD.

Como o objeto de pesquisa é a compreensão da existência de uma ferramenta de atendimento especializado para a criança com SD, discorre-se primeiramente, sobre o que é a SD; por segundo como é o desenvolvimento e aprendizado intelectual dessas crianças; e por fim as definições do que é o PEI.

No que diz respeito a pessoas com SD, estas são caracterizadas como um distúrbio genético nos cromossomos, em que a portadora da síndrome tem um cromossomo extra no par 21, o que leva aos sujeitos a apresentarem condições como deficiência física e mentais específicas. E, esse tipo de anomalia é o mais comum no decorrer da história da humanidade representando a causa mais antiga de retardo mental (GONÇALVES, 2003).

Segundo Bermudes e Penha (2018) a SD pode vir a acontecer por diversos fatores, como fator hereditário, em que a família já tem casos de pessoas portadoras da síndrome; fatores relacionados a várias deficiências vitamínicas; problemas de tireoide da mãe; altos índices de anticorpos como a imunoglobulina e tiroglobulina no sangue materno.

Ainda segundo os autores, sabe-se que a cada 750 crianças nascidas vivas uma nasce com SD, alguns fatores se sobressaem nas pesquisas, como a idade da gestante que afeta a evolução genética do feto, porém, não é uma afirmativa que todas as mulheres com mais de 35 anos terão filhos com SD ou alguma outra deficiência. Contudo, é necessário salientar que as chances são maiores.

Estima-se que dentre 1 a cada 380 crianças nascidas de mulheres acima de 35 anos tenham SD. E para mulheres acima de 40 a chance é de 1 a cada 100 nascidos tem algum tipo de deficiência, em que a SD é a que mais aparece.

Contudo, vale ressaltar também que mulheres com menos de 35 anos também tem chances de terem filhos especiais, com algum tipo de síndrome, não sendo uma regra, porém as chances são menores, mas pode vir a acontecer.

Segundo Bermudes e Penha (2018) as características físicas da criança com SD são muito específicas, em que apresentam olhos amendoados, uma prega da palma da mão transversal única, dedos curtos, fissuras palpebrais oblíquas, ponte nasal achatada, língua protrusa (devido à pequena cavidade oral), pescoço curto, pontos brancos na íris conhecida, dentre outras.

Destaca-se também no que diz respeito a sua musculatura, serem mais hipotônicos, bem como apresentarem:

“[...] dificuldades motoras, distúrbios articulatorios, baixa estatura, ponte nasal e baixa implantação do nariz e possui aparência dobrada, os olhos apresentam manchas que envolve a íris, boca aberta, mãos curtas e largas e lentidão cognitiva, o portador de SD apresenta dificuldades na fala, devido a sua língua protrusa, e necessitando de estímulo na fala por meio de profissionais especializados como fonoaudiólogos. ” (THOMPSON, 2008 *apud* BERMUDES E PENHA, 2018, p. 03).

Já em relação às capacidades intelectuais e mentais, Zucca e Silva (2020) salientam que podem variar de leve para severa de acordo com cada caso, sendo uma característica presente em todas as crianças portadoras da síndrome e por isso, essas crianças são tidas como “incapazes”, devido a seu atraso intelectual comparado com as crianças “normais”.

Essas crianças acabam sendo muitas vezes negligenciadas pelo sistema educacional que somente a partir das duas últimas décadas que começou a desenvolver ações e medidas para incluir de forma personalizada cada criança com algum tipo de deficiência (BRASIL, 2009).

É importante destacar que, no contexto do estudo em questão, que se refere às crianças com SD, o desenvolvimento é reconhecido como diferente, conforme especialistas em Medicina e Educação que discutem sobre o desenvolvimento intelectual e de aprendizagem desses indivíduos.

2.2.1 – Desenvolvimento e aprendizagem da criança com SD

Pode-se definir aprendizagem como processo em que o organismo é capaz de compreender e dar uma resposta adequada a cada situação, onde se obtém experiência, onde o sujeito a carrega como algo transformador, visto que o sujeito pode executar novas tarefas (DÍAZ, 2011).

É sabido que o comprometimento intelectual da criança com SD é a consequência mais grave desta Síndrome, em que desde o seu nascimento as reações e interações com o mundo são mais lentas, o que dificulta o desenvolvimento intelectual comparada às crianças ditas “normais”. Mesmo o desenvolvimento sendo mais atrasado, essas crianças são detentoras de inteligência, mas as desenvolvem com atraso (SANTOS; MENEZES; ROSA, 2016).

Segundo Santos, Farias e Santana (2016) antigamente eram feitos testes de medidas de inteligência ou de QI com ferramentas grosseiras e incompletas, o que as definiam com pessoas deficientes mentais e sem possibilidade de aprender. Com o avanço dos estudos médicos, comportamentais e educacionais, vem sendo observado, que esses sujeitos detêm capacidade de interagir com o mundo e se desenvolver intelectualmente.

Para que isso ocorra, é necessário entender que o processo educacional deve ser algo transformador para cada pessoa, e que pode ocorrer em diversos contextos, sejam eles por meios formais, como espaços de aprendizado como escolas e cursos, como também em espaços informais, como em um contexto social familiar.

Segundo Lima (2021) a aprendizagem de uma criança com SD vem sendo influenciada por diversos fatores, como os psicológicos, biológicos e também pelo jeito de como a criança é inserida no ambiente familiar. Conforme Voivodic (2008) os primeiros anos de vida de uma criança acabam se constituindo um período de extrema importância para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo. E nesse período a família tem um papel de suma relevância.

Vindo ao encontro do que esses autores mencionam Rodrigo e Palácios (1998) salientam a importância no desenvolvimento das crianças com algum tipo de atraso ou deficiência mental, em que a família é o eixo primordial para o desenvolvimento.

A interação social da criança com SD é muito semelhante as das outras crianças. Por essa razão, é necessário que ela possa se socializar com as outras crianças dentro e fora da escola, para que a real aprendizagem ocorra.

Para que essa aprendizagem aconteça é fundamental que as crianças com SD sejam reconhecidas por suas especificidades, reconhecendo-a como ela é de fato, e não como o educador ou família gostaria de que ela fosse.

Portanto, é no ambiente escolar que as crianças terão acesso ao conhecimento e aos conteúdos curriculares. É levando em consideração essas diferenças que o educador poderá trabalhar de forma adequada com cada aluno, observando características comportamentais e físicas que dificultam o seu aprendizado.

Segundo Araújo (2015) podem citar como pontos negativos das crianças com SD, a falta de confiança em si e na sua capacidade; pouca atenção e concentração, o que gera distração e não consegue manter o foco por muito tempo nas atividades, tendência de fugir da realidade, fala sozinha, pois muitas vezes é mais cômodo desviar a atenção do que se esforçar para aprender e participar do grupo; além de que nos primeiros anos de vida escolar eles apresentam uma teimosia acentuada.

Contudo, possuem pontos positivos, pois são muito afetivas, gostam de brincar e querem se socializar, porém têm medo de se exporem, e acabam apresentando os comportamentos negativos já supracitados.

Por isso, o desenvolvimento da criança com SD deve ser supervalorizado, isto é, os pais depois de passarem pelo período de aceitação, devem estimular seus filhos, não negligenciando seu desenvolvimento, pois, diferente das crianças ditas “normais”, desde quando bebê essas crianças já apresentam algum tipo de atraso.

Podem-se citar como atraso, o sorriso do bebê que acaba sendo mais curto, o prestar atenção em um ambiente começa mais tardiamente, o que provoca um atraso na interação do sujeito com o meio, por isso, a criança acaba demorando para desenvolver-se, pois demora mais tempo para dirigir sua atenção, transferir e reter informações, dificultando seu desenvolvimento cognitivo (SANTOS; MENEZES; ROSA, 2016).

Sabe-se que sem a atenção a criança não consegue aprender, uma vez que, é totalmente relacionado com a aprendizagem a capacidade de atenção

visual e auditiva, bem como da capacidade psicomotora e da linguagem para o processo de aprendizagem ser efetivado.

Segundo Miranda (2019) e Euzébio (2021) existem algumas estratégias com a finalidade de a criança vir a ter atenção e ser estimulada de forma adequada, como: ter um ambiente simples, sem que haja muitos estímulos de dispersão; trabalhar com instruções verbais claras e objetivas; deixar a criança aprender no seu tempo sem exigir velocidade de execução, apenas possibilitar que a criança possa interagir com o que está sendo ensinado; mudar as brincadeiras e os níveis de dificuldades das tarefas de forma que a criança não se canse.

Outra estratégia de aprendizagem é a de passar atividades para as crianças nas quais possam enxergar ou ver através de imagens para que possam associar, pois têm déficits de atenção, e, para que o processo de memorização seja efetivado perceba os fatos, retenha as informações e recorde o que foi armazenado (EUZÉBIO, 2021).

Para que o processo de memorização ocorra, é necessário partir pelo viés de que o professor possa ministrar o conteúdo por meio de material concreto e de fácil memorização através de imagens e objetos palpáveis, em que estimule a memória auditiva e visual, fazendo com que essas informações sejam armazenadas na memória do estudante com SD, além da repetição.

Novas informações podem ser inseridas no processo de aprendizagem, porém, é necessário que essas novas informações sempre estejam ligadas às informações anteriores, o que acaba facilitando para o aluno recordar o que lhe fora ensinado.

Essas são algumas estratégias que podem ser utilizadas para que uma criança com SD possa vir a prestar atenção, mas o que é mais destacado é ter paciência, pois a criança aprende no tempo dela, não podendo nunca os genitores ou educadores tentar apressar o aprendizado, pois, muitas vezes a pressão faz com que perca o estímulo e motivação para fazer e participar das atividades escolares (SAMPEDRO, BLASCO; HERNÁNDEZ, 1997, p. 239 apud CATAFESTA, 2013, p. 32).

Já em relação à fala, Ferraz (2021) destaca que a criança com SD tem dificuldades, pois a hipotonia nas cordas vocais faz com que a voz fique mais grave, além de que a associação do palato com dentição defeituosa e com a

morfologia diferente das cavidades nasais acabam modificando a qualidade do som que sai pela boca, o que faz com que tenha problema de escuta e de se escutar.

Em relação à linguagem, acaba gerando dificuldade de acumular dados e informações na memória de longo prazo e na memória auditiva, o que acaba prejudicando o desenvolvimento. É visto que, as crianças com SD conseguem reproduzir a maior parte dos sons da língua, porém quando é necessário combiná-los em uma frase mais longa, os sons acabam se tornando imprecisos ou omitidos (MIRANDA, 2019).

Isto acontece porque a criança com SD utiliza padrões de linguagem fonológicos por um tempo maior que as crianças ditas “normais”, isto é, aquelas que não apresentam atraso. Por isso, estimular a criança precocemente é dever dos pais, para que possa se desenvolver.

O ideal é que esse estímulo, seja aliado à uma educação especial, em que profissionais capacitados sejam inseridos junto ao processo de aprendizagem, pois a criança com SD não aprende de forma convencional, pelos métodos aos quais as crianças sem atraso são ensinadas.

Essa criança precisará de fonoaudiólogos, em que irão verificar o grau de dificuldade e aprendizagem, sendo capazes de intervir de forma significativa e assim poderem orientar os pais sobre as melhores formas de ajudar no processo de aprendizagem.

Vale ressaltar, que mesmo com o acompanhamento de um profissional da fala, a criança com SD terá uma lentidão maior que o de crianças ditas sem atraso. Assim, tanto a família quanto os profissionais devem ter paciência, pois a criança irá ter um vocabulário e irá formar frases, mas no tempo dela.

Outro fator que dificulta o desenvolvimento e aprendizagem é em relação à psicomotricidade, isto é, a capacidade de cada ser humano poder se movimentar e interagir com o meio externo (ROVERSSI; FIER, 2020). Em crianças com SD, a psicomotricidade é algo bem saliente, por isso, o desenvolvimento de atividades de forma precoce é fundamental.

A inserção de profissionais como psicopedagogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais é de extrema relevância, uma vez que, quanto mais tempo levar para estimular uma criança com SD, mais dificuldade essa criança terá em desempenhar atividades rotineiras, como pegar, agarrar e sentir as

texturas e o mundo, isso resultará em problemas sensoriais que vão afetar a coordenação e o controle da postura, e por consequência a criança terá atraso no seu desenvolvimento motor (SALDANHA, 2017).

O uso de estratégias metodológicas que visem à aquisição de comportamentos sociais que ajudem a criança a se inserir no ambiente, dominar seu corpo, suas expressões e o que ajuda na aquisição e compreensão da linguagem é de suma importância.

De acordo com Sampedro, Blasco e Hernández (1997), deve-se tomar como base as experiências da criança, respeitando as sequências de aprendizagem, devendo este profissional procurar atividades motoras que sigam um padrão de estímulo, em que a criança deve primeiro manipular, após verbalizar os movimentos e depois representar graficamente o que aprendeu.

Muitas vezes, os alunos com SD demoram para responder às perguntas que lhes são feitas, por não se sentirem à vontade com estranhos, ou por serem repetidas várias e de forma diferente, ocasionando o seu isolamento.

Existem outros fatores, que ajudam na dificuldade de resposta dessas crianças, como o atraso na transmissão sináptica; dificuldade motoras da boca, e também a dificuldade de sintetizar objetos, isto é, a criança vê os objetos especificamente isolados, e não em um contexto (LUCISANDO et al., 2011).

Em relação à aquisição da leitura e escrita, é outro ponto que deve ser observado, pois segundo Danielski (2001 apud Moura, 2021) antigamente as crianças com déficit intelectual não eram ensinadas a ler e escrever por haver uma doutrina de que não tinham capacidade para tal. Com os estudos e evolução das metodologias e inserção desses alunos nos ambientes educacionais esse pensamento começou a ser mudado.

Conforme Troncoso e Cerro (2004) na leitura, as crianças com SD têm como pontos fortes a memória visual e a percepção de que são desenvolvidos com um trabalho estruturado e sistemático. No entanto, têm dificuldade de audição, e o uso de métodos de aprendizagem comuns como informação verbal centrado na audição e interpretação dos sons, palavras e frases não acaba sendo eficaz (MOURA, 2021).

Ainda para Troncoso e Cerro (2004) o processo de leitura e de escrita deve ser feito pelo modo Perceptivo-Discriminativo, que toma como base as características de cada criança, o que acaba estimulando e facilitando o

desenvolvimento da memória de curto e longo prazo, trazendo autonomia e entendimento dos conceitos e capacidade de relacionar e associar, selecionar, classificar e nomear as informações sendo capazes de sintetizá-las.

Quanto em relação à escrita o processo de aprendizagem depende do nível de psicomotricidade, pois o ato de escrever demanda atenção e capacidade de motricidade fina, a qual deve ser estimulada na criança desde cedo. (ROVERSSI; FIER, 2020).

A estrutura física da mão dessa criança é larga e com os dedos curtos, apresentando uma implantação do polegar baixa. Isso se deve pela hipotonia e pelo esgotamento dos ligamentos, o que cria dificuldade no movimento de segurar de uma forma correta o instrumento da escrita (TRONCOSO; CERRO, 2004).

Esses conceitos trouxeram a possibilidade de que crianças com déficits intelectuais aprenda a ler e escrever. Para isso, os professores devem se utilizar de procedimentos metodológicos ou ferramentas que auxiliem o aluno a sintetizar o que lhe é ensinado. Para tanto, o educador tem um papel de extrema relevância, pois é quem dará os caminhos para que o aluno possa se desenvolver da melhor forma possível.

2.3 – Políticas públicas brasileiras de inclusão

Frente a todas essas dificuldades que as crianças com SD e/ou algum tipo de atraso intelectual apresentam no seu processo de desenvolvimento, foi necessária a inserção de políticas públicas vinculadas a normativas legais que discorressem e assegurassem a inclusão dessas crianças junto ao sistema educacional brasileiro formal.

A primeira normativa que se pode destacar é a vinculada à carta magna, isto é, à Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), que, em seu artigo 205 trata do direito de todos à educação, em que o principal objetivo é integrar o aluno ao ambiente escolar, inseri-lo na sociedade e no mundo do trabalho.

Os sistemas educacionais devem propiciar meios e condições seguras de aprendizagem, por meio de metodologias centradas na criança, e capazes de ir ao encontro destas deficiências (VOIVODIC, 2008).

Portanto, cada criança com deficiência tem direito à educação, conforme regido pela Declaração de Salamanca (1994), cada criança tem direito fundamental a educação, tendo a oportunidade de aprender, sempre levando em conta as especificidades.

Frente a estas informações cruciais foram formuladas no ano de 1990 junto ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996), dispositivos que vieram assegurar o direito à educação das crianças deficiência.

Na referida Lei, em seu capítulo V – Da educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, assegura: §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 40).

Ao analisar o artigo 58, pode-se dizer que a legislação brasileira em relação à LDBEN, contempla e garante os direitos das crianças e adolescentes ao ensino regular, e para que haja um ensino de qualidade e não ocorra nenhum tipo de negligência são definidas no artigo 59 – as diretrizes para uma educação inclusiva:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 40).

A partir desse contexto, percebe-se que a escola deve pensar em como deve fazer a inclusão deste aluno, pois o mesmo tem o direito de aprender. Dessa forma, a inclusão acaba se contrapondo contra qualquer tipo de discriminação, em que busca pelo entendimento e ações voltadas à inclusão são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

Não há mais espaço para qualquer tipo de violência, discriminação social ou educacional, por isso, a inclusão escolar é um direito de todos os sujeitos, independentemente de ser uma pessoa com deficiência, altas habilidades ou não ter nenhuma condição educacional especial.

A inclusão escolar implica em práticas pedagógicas inovadoras visando ao sucesso de aprendizagem de todos os alunos. A Educação Inclusiva não está ligada apenas à escola, mas também propõe redes de conhecimento, destacando o entrelaçamento entre os conteúdos didáticos e a prática social, ampliando os conteúdos de sala de aula para o todo, o universo social.

A inclusão escolar é um direito adquirido por todas as crianças, inclusive daquelas com deficiência, e possibilita diversos benefícios não só para o próprio indivíduo em questão, mas também para todos os agentes envolvidos neste processo (BATISTA; CARDOSO, 2020).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2017), foi instituída através da Portaria Ministerial nº 555/2007 e implementada no ano de 2008, uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Política pública, que teve por objetivo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Possui como base princípios de respeito à diversidade, igualdade de direitos e valorização das diferenças, visando garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento educacional desses estudantes.

Uma das principais diretrizes da política é a garantia da matrícula e permanência desses alunos na escola regular, assegurando que tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e participação que os demais

estudantes. Além disso, destaca-se a importância da acessibilidade, tanto física quanto comunicacional, para promover a participação plena e autônoma dos alunos, por meio de adaptações e recursos pedagógicos adequados às suas necessidades (BRASIL,2017).

A Política Nacional também reconhece a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que consiste em um conjunto de atividades, recursos e estratégias pedagógicas oferecidos de forma complementar ou suplementar à educação regular. O AEE visa atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, proporcionando suporte individualizado e específico para potencializar sua aprendizagem.

Além disso, a política ressalta a importância da formação de professores, tanto em nível inicial quanto continuado, para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A qualificação dos docentes é fundamental para que possam compreender as demandas e necessidades dos alunos e utilizar estratégias adequadas de ensino, promovendo a inclusão efetiva (BRASIL, 2017).

Por fim, a colaboração entre os sistemas de ensino é incentivada pela política, buscando a articulação entre escolas regulares, centros de recursos, instituições de apoio e demais atores envolvidos na educação inclusiva. A construção de parcerias e o trabalho em rede contribuem para o compartilhamento de boas práticas, a troca de experiências e o fortalecimento das ações em prol da inclusão (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva representa um marco no Brasil, orientando e direcionando ações e práticas educacionais em prol da inclusão. Com base em seus princípios e diretrizes, busca-se construir uma sociedade mais inclusiva, em que todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades, tenham oportunidades igualitárias de aprendizagem e desenvolvimento.

O Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, (BRASIL, 2011) dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, estabelecendo diretrizes para a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, em que esse sujeito tem garantidos por lei o atendimento educacional especializado gratuito, formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, acessibilidade

arquitetônica, nas comunicações e nas informações, garantia de recursos de tecnologia assistiva, promoção de ações para a eliminação de barreiras atitudinais, participação da família e da comunidade.

A substituição do caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativo de todo o processo de ensino e aprendizagem. A Educação Inclusiva não está ligada apenas à escola, mas também propõe redes de conhecimento, destacando o entrelaçamento entre os conteúdos didáticos e a prática social, ampliando os conteúdos de sala de aula para o todo, o universo social.

Após um ano, foi publicado um outro marco na inclusão educacional de alunos com NEE, a Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012), também conhecida como Lei Berenice Piana, sancionada em 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabeleceu diretrizes para o atendimento aos autistas no Brasil. A legislação considera as pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), para todos os efeitos legais, como pessoas com deficiência, garantindo-lhes direitos na saúde, educação e outros setores.

Outro dispositivo legal que veio findar os direitos das pessoas com deficiências em todas os âmbitos, social, educacional, saúde e trabalho foi a Lei nº 13.146, de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015, tendo em seu capítulo IV, artigo 27, no tocante ao direito à educação o seguinte:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL,2015).

Essa lei rege que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. As escolas, portanto devem ter um projeto político pedagógico que contemple o atendimento educacional especializado, como é referido no artigo 28 da Lei nº 13.146/2015 (BRASIL,2015), nos incisos que serão apresentados a seguir:

Art. 28 - Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

Frente a este dispositivo legal, percebe-se, que as normas e diretrizes já estão legitimadas, e seguem para um cenário de mudanças significativas, porém, mesmo que haja no papel as diretrizes para um ensino especial de qualidade, a realidade que se apresenta, segundo diversos autores como Campos (2015); e Santos, Farias e Santana (2016), não é o que acontece.

Dentre todos os princípios que conduzem a educação, está a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender e a garantia de padrão de qualidade. Dessa forma a educação como um direito de todos inclui os alunos com quaisquer deficiências.

Portanto, há a necessidade de ações (por exemplo, a utilização de plano Educacional Especializado) para que estes alunos tenham oportunidades de desenvolvimento pleno, atendendo aos princípios da igualdade e qualidade, para a efetivação de seu processo educativo.

2.4 – Plano Educacional Individualizado: o que é, como fazer e como aplicar?

Primeiramente, antes de se falar sobre a aplicação do Plano Educacional Individualizado (PEI) e entendimento dos profissionais da educação acerca da inclusão de crianças com SD é necessário entendê-lo conceitualmente, como

fazê-lo e aplicá-lo. Por isso, apresentam-se a seguir alguns autores que abordam acerca da temática.

Segundo Barbosa e Carvalho (2019) o PEI é o planejamento das intervenções pedagógicas que deverão ser desenvolvidos no processo de escolarização do aluno com algum tipo de deficiência.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) direciona os objetivos curriculares para o processo de ensino de um determinado sujeito. Em termos gerais, o PEI consiste em um documento que possibilita delinear, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do aluno em relação ao planejamento didático pedagógico, em toda a sua trajetória escolar, inclusive facilitando a transição para a vida pós-escola. (GLAT; ESTEF, 2021, p.163)

Segundo Pereira (2014), o PEI é um instrumento que promove a individualização, diferenciação e contextualização, com o objetivo de facilitar a aprendizagem do aluno. De acordo com Lima (2021), o PEI desempenha um papel fundamental no funcionamento e eficácia do processo de ensino e aprendizagem, além de servir como uma ferramenta para avaliar o desenvolvimento educacional do estudante.

Para Gomes (2022) o PEI se refere a um plano de aula individual e diferenciado, que tem por objetivo auxiliar aquele aluno incluído, um plano de aula criado com o objetivo de sanar as necessidades intelectuais do aluno conforme o grau de desenvolvimento do mesmo. Sabe-se que cada aluno é um ser único e especial. Desta forma, cada um tem o seu tempo de aprender, alguns antes outros depois, sejam eles com alguma deficiência ou não. Todos, porém têm o direito amparado por lei, de estarem matriculados em uma instituição regular de ensino.

Cunha (2012) considera o PEI como um meio para que o professor possa conhecer melhor cada aluno, enquanto Glat, Vianna e Redig (2012) enfatizam sua importância na organização e reestruturação curricular. Costa (2016), por sua vez, destaca que é um instrumento presente na interação entre aluno e professor, desempenhando um papel mediador nas relações interpessoais de aprendizagem.

Complementa ainda Pereira (2014) que o PEI pode ser conceituado como um recurso pedagógico que se estrutura a partir das demandas do aluno, permitindo o estabelecimento de metas e facilitando o acesso ao currículo formal

da escola. Tannus-Valadão (2010) salienta que o PEI desempenha um papel vital na gravação, promoção e garantia da aprendizagem de estudantes com deficiências.

Dessa forma, o PEI é descrito como um mapa que orienta e informa a educação do aluno, mapeando seu progresso e desafios, servindo como uma estratégia que contribui para o suporte educacional especializado para estudantes com deficiências e as adaptações curriculares necessárias (PEREIRA, 2014).

É importante destacar que essa proposta está alinhada com as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação do Brasil na Lei nº 13.146/2015, segundo essas diretrizes, é esperado que estudantes com deficiências tenham um PEI, conforme necessário.

Esse plano pode ser desenvolvido com o apoio de professores de educação especial e outros colaboradores no início da sua vida escolar e ser atualizado regularmente, levando em consideração o desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

O PEI desempenha um papel fundamental na vida escolar do aluno, servindo como guia para as atividades do professor e do aluno. É por isso, que elaborar um plano como este acaba envolvendo uma equipe multiprofissional, pois deve envolver o professor de apoio, os professores das disciplinas, profissionais externos que acompanham o desenvolvimento, como psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, médicos pediatra, neurologista, fonoaudiólogos, bem como os familiares de cada criança ou adolescente com deficiência.

De acordo com Tannus-Valadão (2014) não é aconselhável que o PEI elaborado de forma isolada, pois é um documento que requer o compartilhamento de diversos saberes para poder proporcionar o melhor para o aluno de acordo com suas habilidades e limitações.

Trabalhar de forma cooperativa é uma estratégia que favorece a inclusão escolar. Sendo assim, é um plano que demanda interação e troca de informações sobre o aluno, comportamento em sala de aula, em casa e em ambientes sociais, dificuldades que o aluno tem para realizar as mais diversas atividades, o que ele sabe, o que ele tem dificuldade dentro outros aspectos.

De acordo com Oliveira (2017), o PEI deve cumprir um papel de planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações específicas para o estudante com alguma deficiência. Deve também ser ofertado para aqueles estudantes que possuem algum tipo de transtorno funcional específico, como TDAH, Dislexia, Discalculia, etc. (MARIN; MARETTI, 2014),

Como visto, o PEI é construído pelo professor, e pela equipe pedagógica. Inicia-se a partir de entrevista com os pais e posteriormente com uma avaliação feita com o aluno para conhecer as necessidades e potencialidades, criando um plano de aula específico, visando inclui-lo na sala de aula a qual está matriculado, com o objetivo de que também possa aprender de acordo com as suas deficiências. Posteriormente, deve ser aprovado pelo responsável do aluno e ser revisto regularmente, o aluno se tiver uma idade apropriada, também pode opinar sobre o plano educacional.

Portanto, o PEI pode ser resumido como um documento que produz um registro sobre a vida do aluno que está sendo acompanhado. Assim, visa promover e garantir, um contrato, com os educadores, profissionais da saúde e família desse discente, em que o objetivo principal é fazer uma avaliação das potencialidades e fragilidades para organizar metas de aprendizagem, que devem ser reavaliadas de forma periódica e quando necessário fazer as adequações pertinentes para que o aluno possa se desenvolver (GOMES, 2022; COSTA E SCHMIDT, 2019, p.103).

2.5 – A legislação brasileira e o PEI para Crianças com deficiências.

As normativas legais brasileiras já citadas anteriormente como a Constituição Federal brasileira (BRASIL,1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL,2015) tornam no papel o Brasil um país inclusivo e irrestrito a diversidade (OLIVEIRA, 2017).

Tais mudanças na perspectiva educacional acabam trazendo desafios às instituições e aos currículos para atender alunos deficiências. Em relação ao termo da pesquisa, mesmo que não haja nenhuma menção explícita do termo

“Plano Educacional Individualizado” na LDBEN (BRASIL,19/96), pode-se dizer que esse instrumento normativo estabeleceu os princípios e diretrizes que fundamentam a educação inclusiva e o atendimento educacional especializado, os quais estão relacionados ao conceito e à aplicação do PEI.

Uma outra norma legal que foi vista como de um marco nesse contexto e que acabou fornecendo fundamentos legais para a elaboração de planejamentos diversos, visando o desenvolvimento pleno desses alunos foi a resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

Vem assim, estabelecer as normas legais para a educação de alunos com deficiências. Essa resolução determinou no inciso III, do Art. 8º, que as escolas devem ofertar flexibilizações e adaptações curriculares, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados. Nesse sentido, o PEI pode estar subentendido como uma estratégia incluída, juntamente com Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), Planos de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e outras metodologias.

Essas abordagens, mesmo com nomes diferentes, podem auxiliar no cumprimento das diretrizes da resolução para atender efetivamente os alunos deficiências. O PEI, assim como outras abordagens individuais de planejamento e atendimento, pode ser compreendido como uma estratégia integrante para alcançar tais diretrizes. Dessa forma, essas metodologias contribuem para o cumprimento das disposições da resolução e garantem um atendimento mais efetivo e inclusivo aos alunos com deficiências.

Outra normativa muito importante que destaca esse tipo de atendimento individualizado através de um plano é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,2008), que estabeleceu diretrizes e ações para a implementação da educação inclusiva no Brasil, abordando a necessidade de individualização do ensino e a importância do PEI como instrumento de planejamento e acompanhamento dos estudantes com deficiência.

A primeira vez que é descrito e homologado o termo “PEI” como uma das ferramentas da política educacional de inclusão foi na resolução CNE/CEB nº 4/2009 (BRASIL, 2009), que definiu diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial

no Brasil. Essa resolução trata, entre outros aspectos, do PEI como um dos instrumentos para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Também outra normativa que se destaca é a Lei nº 13.146/2015 ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), mesmo não mencionando diretamente o PEI em seus artigos específicos. O PEI vem a ser um instrumento utilizado como uma estratégia de planejamento individualizado para o atendimento educacional de alunos com deficiência, principalmente no contexto da Educação Especial.

Vale ressaltar, que mesmo que o PEI não seja mencionado diretamente no Estatuto, alguns artigos estão relacionados à educação inclusiva, bem como estão inter-relacionados à elaboração e implementação do referido plano, sendo os que mais se destacam:

O artigo 27, que trata do atendimento educacional especializado, que pode ser um dos componentes do PEI, e prevê que as pessoas com deficiência têm direito a receber o atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino, por meio de serviços de apoio especializado e recursos de acessibilidade; o artigo 28, em que aborda a necessidade de adaptações razoáveis para garantir a participação dos alunos com deficiência, incluindo o acesso ao currículo, às atividades escolares e aos espaços físicos. A partir dessa perspectiva, quanto ao PEI pode-se contemplar medidas de adaptação e acessibilidade para atender às necessidades específicas de cada aluno; e o artigo 30, que vem enfatizar a importância da formação de professores para o atendimento educacional especializado, visando à inclusão plena dos alunos com deficiência. A formação dos professores pode incluir orientações sobre a elaboração e implementação do PEI.

Também há o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), lei que estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil, o PNE 2014-2024 inclui metas relacionadas à inclusão e ao atendimento educacional especializado, com foco na garantia do direito à educação de qualidade para todos, incluindo o desenvolvimento e implementação do PEI.

Na próxima seção será abordado acerca dos procedimentos metodológicos que serão utilizados na pesquisa, para o alcance do objetivo geral e específicos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é a organização de todos os procedimentos técnicos que o pesquisador deverá utilizar em sua pesquisa, por isso, é nesse momento em que o pesquisador define minuciosamente os caminhos que irá seguir para obter as respostas as suas indagações (MARCONI; LAKATOS, 2015).

Esse caminho deve ser percorrido de forma metodológica, onde o pesquisador deve classificar sua pesquisa, discorrer sobre as técnicas de coleta de dados, delimitando os sujeitos, e detalhar como os dados serão tratados e utilizados (MATTAR, 2017).

Para que haja uma análise eficiente, o pesquisador deve fazer o confronto entre os resultados e a teoria, definindo-se assim como o último processo metodológico, conhecido também como discussão dos dados ou resultados.

A pesquisa qualitativa é definida por Creswell (2014) como um método de investigação que busca compreender e explorar fenômenos complexos, levando em consideração o contexto e as perspectivas dos participantes. Nesse tipo de pesquisa, o foco está em obter uma compreensão aprofundada e rica dos significados, experiências e perspectivas dos indivíduos envolvidos no estudo.

Por outro lado, uma revisão bibliográfica é descrita como um processo de coleta, análise e síntese de informações provenientes de fontes bibliográficas relevantes. Essa abordagem tem como objetivo identificar, analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre um determinado tema, fornecendo uma base teórica e conceitual para a pesquisa.

Em síntese, este estudo tratou de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, descritiva, pautada na prática baseada nos estudos já publicados. Esse tipo de revisão buscou solucionar o problema de pesquisa, orientando-se na questão norteadora deste estudo.

Após a elaboração dos objetivos da pesquisa, foi realizado o levantamento de dados nas seguintes bases: Scielo, Google Acadêmico, Repositório Acadêmicos de Universidades como, UNIPAMPA, UFSM, UFRGS, UFRJ e UNB. Foram também consultadas Revistas de educação pública, Revista Saberes, a Revista da Rede Educação Especial da UFSM, Revista Brasileira de Educação Especial da ABPEE, Revista (online) de Política e Gestão Educacional, e Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial.

Foram utilizados como indexadores ou palavras-chave: Plano Educacional Individual; PEI e SD; Inclusão escolar e SD; Aprendizagem e SD; Educação inclusiva e SD; Estratégias educacionais e SD; Avaliação do PEI em crianças com SD; Resultados do PEI em crianças com SD; Eficácia do PEI na inclusão escolar de crianças com SD;

Na seleção dos artigos, foram utilizados como critérios de inclusão: ser artigo original, Trabalho de Conclusão, Monografias publicados em português, disponível na íntegra, sendo da área de Psicologia, Psicopedagogia, Educação Especial e áreas afins (Pedagogia, Letras, etc.), que abordassem sobre a criança com SD e tivessem o processo de aprendizagem da criança com Down ou o PEI como foco.

Com o intuito de buscar garantir a atualização dos dados selecionados, foi realizado um recorte temporal de 12 anos, de 2010 a 2022, como limite para aceite da publicação na composição da amostra. Foram encontrados 36 artigos no total que tinham esses descritores, porém, foram excluídos 17 trabalhos publicados que não se encaixavam nos critérios de seleção, como os anteriores a 2010, os que não apresentavam relevância para o tema proposto e não tinham a ver com as áreas afins escolhidas.

Dessa forma, este estudo conta com uma análise de um total de 09 (nove) artigos que se destacaram por seus resultados e conclusões, sendo que os estudos pesquisados serão apresentados e discutidos na próxima seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Os desafios na educação de crianças com SD: compreendendo as principais dificuldades e apontando os aspectos positivos

O primeiro estudo a ser discutido é "Educação de crianças com Síndrome de Down: uma revisão da literatura", dos autores Ingrid Mesquita Coelho; Rosemary Amanda Lima Alves; Daniel Cerdeira de Souza; Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato, publicado em 2019, pela Revista Multidisciplinar em Educação. O artigo científico discute os desafios na educação de crianças com SD, como atrasos no desenvolvimento intelectual, dificuldades na coordenação motora e na escrita, além de um desenvolvimento mais lento em comparação com crianças sem a síndrome.

No entanto, é fundamental destacar que crianças com SD possuem plena capacidade de desenvolvimento e podem equiparar-se aos seus pares quando estimuladas de forma adequada. É importante ressaltar que a falta de estímulos precoces e frequentes no ambiente pode resultar em um desenvolvimento mais lento na escrita em comparação com crianças sem a síndrome.

Contudo, é de suma importância ressaltar que essas diferenças não impedem as crianças com SD de vivenciarem aprendizagens adequadas ao seu processo de desenvolvimento. Estudos mostram que essas crianças podem apresentar atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, uma capacidade reduzida de memória auditiva de curto prazo, dificuldades no acompanhamento de instruções e comprometimento da linguagem.

Mesmo com esses pontos considerados impeditivos, com o suporte e estímulos adequados e frequentes, elas são capazes de superar dificuldades e progredir em seu processo educacional e equipararem-se aos seus pares típicos.

Outro estudo que vem abordar a aprendizagem da criança com SD e seus desafios é dos autores Santos et al. (2022), intitulado "Desafios pedagógicos nos processos de ensino - aprendizagem das crianças com Síndrome de Down", publicado na Revista Saberes Docentes que teve por objetivo entender como os profissionais da educação contribuem para a aprendizagem dessas crianças,

bem como, as principais dificuldades encontradas por essas docentes no dia a dia com essas crianças.

Na pesquisa de campo realizada com as profissionais da educação em São Paulo, foi constatado que a criança com SD não se sente diferente em sala de aula, e a interação com os colegas ocorre de forma normal, apesar de uma possível resistência inicial. Os profissionais multidisciplinares destacaram que a criança com Síndrome de Down não percebe a diferença dos outros alunos, sendo sociável e interagindo bem com todos.

Quanto ao preconceito, os profissionais relataram que não existe na sala de aula, mas as crianças têm curiosidade em entender a diferença da criança com SD. A criança com SD é acolhida pela turma de forma significativa, sem preconceito, desenvolvendo empatia e buscando maneiras de se comunicar e ajudar nas atividades. No entanto, pode haver preconceito por parte da família das crianças que não sabe lidar com a situação.

Os métodos de ensino utilizados com as crianças com SD são os mesmos, mas com adequações dependendo das dificuldades de cada criança, segundo as respondentes necessário maior atenção, atividades diferenciadas e respeito ao tempo de processamento da informação. A importância de um bom planejamento do professor em conjunto com a equipe multidisciplinar foi destacada, levando em consideração as diferenças individuais e os conhecimentos prévios das crianças com SD.

Quanto à interação da criança com SD com os colegas e professores, foi mencionado que é um desafio, mas, à medida que a criança adquire confiança, ela se sente segura para interagir. A família desempenha um papel importante no processo de integração, sendo determinante para o desenvolvimento biopsicossocial da criança. É essencial que a escola encare o desafio da inclusão social sem preconceitos, valorizando as diferenças e garantindo o desenvolvimento pleno das crianças com SD.

Por fim, foi observado que a criança com SD apresenta evolução no desenvolvimento e na aprendizagem, mas enfrenta dificuldades em organizar atos cognitivos e resolver problemas de forma independente. O atraso intelectual decorrente da má formação congênita não impede a aprendizagem, e é importante promover atividades diárias que estimulem o desenvolvimento global

da criança, respeitando suas diferenças individuais e proporcionando autonomia para enfrentar a vida.

Outro estudo que foi muito importante para o entendimento da educação inclusiva e sua relação com a SD foram das autoras Maureen Koch e Denise Regina Quaresma da Silva, publicado no ano de 2016, na Revista DIÁLOGO denominado “Políticas educacionais inclusivas e a Síndrome de Down: diferentes interações no contexto educacional inclusivo”.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as interações entre a educação inclusiva e a SD em diferentes contextos durante o período de 2009 a 2013. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica em diferentes bases de dados. Ao concluir a busca, foram selecionados onze estudos para compor a revisão de literatura.

Ao revisar as interações da inclusão escolar na SD, as autoras conseguiram identificar os principais pontos relacionados aos desafios, dificuldades e possibilidades envolvidas nesse processo. A inclusão no sistema regular de ensino foi destacada como um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores, pais, familiares, profissionais da educação e da saúde, colegas e alunos com SD.

Outros aspectos negativos destacados pelas autoras foram o despreparo dos professores, a falta de orientações, recursos e estrutura física adequada para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

No entanto, as pesquisadoras destacam que a literatura consultada por elas, ressalta que a preparação e competência dos profissionais são fundamentais para lidar de forma eficaz com o projeto educativo, adaptações curriculares e metodologias adequadas. Além da formação, é importante refletir sobre o que pode ser realizado pelo professor e o que está ao seu alcance, considerando as limitações de tempo e fragilidades do processo de inclusão.

Segundo as autoras, os estudos indicaram que novas ações e perspectivas sobre a inclusão podem surgir por meio de casos de sucesso, nos quais os educadores redimensionam seus projetos, recebem formação específica e revisam as propostas educativas nas instituições. No entanto, apesar dos esforços concentrados na área da Educação, muitos países ainda enfrentam grandes dificuldades no processo educacional inclusivo, revelando a distância entre a legislação e sua efetivação na prática.

Quanto às interações entre alunos com SD e seus colegas, foram observadas diferentes percepções. A inclusão escolar foi vista como uma oportunidade para diminuir o preconceito e possibilitar a aprendizagem, enquanto em outros casos, houve falta de apoio e informações para a escolha da escola e adaptação da criança.

As atitudes da sociedade em relação à inclusão também foram abordadas, mostrando que ainda existem barreiras e estereótipos a serem superados, uma vez que, as pesquisas feitas pelas autoras evidenciaram atitudes negativas em relação à presença de alunos com SD no contexto educacional, destacando a importância de promover a conscientização e a mudança de percepção.

Dessa forma, evidencia-se que esses pontos destacam a complexidade e a importância de abordar os desafios, dificuldades e possibilidades da inclusão escolar na SD, visando promover uma educação inclusiva de qualidade e uma convivência mais inclusiva e respeitosa na sociedade como um todo.

Também foi inserida nessa discussão, a monografia “Aprendizado e desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down: estratégias pedagógicas” de Rosa Maria Oliveira da Cunha, apresentada a Universidade de Brasília no ano de 2015. A autora enfatiza que é extremamente complicado escrever e pesquisar sobre a SD e processo educacional. Por isso, seu objetivo foi abordar sobre os desafios e possibilidades de uma educação inclusiva e de qualidade.

Quanto aos desafios encontrados pela autora em seu trabalho, verificou que os alunos com SD necessitam de acompanhamento clínico e educacional especializado, envolvendo profissionais como psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos e neurologistas.

Segundo Silva et al. (2021) esse acompanhamento é necessário pois todos da comunidade escolar e envolvidos no tratamento e/ou acompanhamento do aluno devem atuar em conjunto, pois, somente com um trabalho em equipe e esforço coletivo se torna possível promover a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, principalmente, na Educação.

Assim, a articulação entre a escola comum e a educação especial é fundamental para uma educação inclusiva efetiva, superando a divisão entre alunos normais e especiais. O trabalho interdisciplinar colaborativo entre os

professores do ensino regular e da educação especial é fundamental para alcançar os objetivos específicos de ensino de cada aluno;

Cunha (2015) salienta, em seu estudo, que a escola inclusiva deve questionar e reconstruir sua prática pedagógica, buscando atender às necessidades educacionais de todos os alunos de forma individualizada. O trabalho do professor deve ser pautado pela praticidade, segurança, prazer e competência, buscando sempre novos métodos e aprendendo continuamente.

Como aspectos positivos encontrados pela autora, pode-se destacar que, segundo ela e seus apontamentos, a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas contribui para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças.

A convivência com colegas sem deficiência é benéfica para as crianças com SD, proporcionando exemplos de comportamento e conquistas apropriadas para a sua idade, contribuindo para seu desenvolvimento emocional e social.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, onde os alunos constroem conhecimento, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, respeitando suas diferenças. Por isso, é importante destacar que se deve evitar rotular os alunos com SD ou qualquer outra deficiência, reconhecendo seu potencial e valorizando suas características individuais.

Outro artigo analisado e que trouxe mais esclarecimentos sobre o tema em questão foi “A inclusão do aluno com Síndrome de Down na educação básica” de Ângela Fernandes de Melo, 2015, apresentado na revista e-mosaicos (CAp-UERJ) que abordou como se dá a inclusão do aluno com SD na Educação Básica.

Os desafios identificados pela autora incluem a necessidade de formação contínua dos educadores, que devem adquirir conhecimentos sobre a síndrome e desenvolver atividades adaptadas ao currículo. Além disso, é crucial que a estrutura da escola esteja adequada para receber alunos com SD e outras necessidades especiais.

A autora destacou como um grande desafio, pois, mesmo que muitos professores ainda estejam condicionados a tendências pedagógicas tradicionais, é de suma importância que o processo de inclusão possa ser visto de forma

igualitária, o que exige a busca contínua de conhecimento por parte dos educadores.

Tais desafios também envolvem a necessidade de um acompanhamento contínuo desde a Educação Infantil, com o intuito de minimizar as dificuldades biológicas e sociais, o que acaba promovendo a inclusão e participação ativa dessas crianças. Por isso, é importante que os professores, escolas e pais tenham conhecimento sobre as dificuldades e capacidades da criança, para desenvolver um trabalho pedagógico adequado.

Conforme a autora compreender a criança com SD é fundamental, pois, reconhecer suas necessidades, gostos e anseios, ajudará a proporcionar um trabalho adequado e facilitará seu processo de ensino e aprendizagem. Isso leva os professores a buscar estratégias que permitam uma melhor compreensão dos conteúdos por todos os alunos.

Segundo as constatações da autora, não há um “padrão previsível” nas crianças com SD, portanto, é importante criar um ambiente em que elas possam ter um desempenho escolar satisfatório. Esse tipo de ambiente pode ser desenvolvido segundo Araújo (2016), por meio de atividades lúdicas e materiais diversos, sendo possível promover a cooperação, organização, constituição, movimentos, autonomia, compreensão e exploração nas crianças com SD.

Na ótica de Pereijão (2014) é por meio de comandos, que os professores podem realizar atividades motoras como correr, pular, rolar, subir, descer, rasgar, pintar, empilhar, colar, picotar, amassar, arrastar, manusear, desenhar, reconhecer cores e formas. Essas atividades, segundo Melo (2015) facilitam o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo, motor, da linguagem, do grafismo, dos hábitos e das atitudes.

Ainda para Melo (2015), a comunicação oral/linguagem e o ensino de diferentes áreas do conhecimento, como Matemática e Ciências, também são aspectos importantes a serem trabalhados, em que a utilização de jogos educativos, como o Jogo da Memória, estimula o raciocínio rápido e a capacidade de memorização. Uma abordagem pedagógica eficaz é o estímulo por meio da ludicidade, o que leva a uma diversidade significativa na sala de aula.

Também destaca, que o apoio da família e a presença de profissionais mediadores do aprendizado são fundamentais. A presença de profissionais

mediadores do aprendizado, como auxiliares/cuidadores, dentro da sala de aula, auxilia o trabalho do professor e garante um ambiente escolar mais inclusivo e facilitador da aprendizagem. Enfim, é necessário iniciar o tratamento desde cedo, com atividades e acompanhamentos especializados, mesmo após a inserção da criança na escola, visando desenvolver suas habilidades motoras e cognitivas, facilitando sua participação ativa na sociedade.

Para Menezes, Barreto e Silva (2018) a estimulação precoce proporciona melhorias no comportamento das crianças com SD em relação às regras presentes em casa, na escola e em sua vida como um todo, em que essa abordagem desenvolve nelas a compreensão de que as regras são instrumentos para organizar e facilitar a vida, e não algo negativo.

Além disso, essa estimulação também contribui para melhorar o convívio familiar e social em qualquer ambiente em que estejam inseridos, onde a criança pode ter uma melhor qualidade de vida e alcançar uma vida normal, mesmo com suas diferenças.

Pode-se citar, segundo Melo (2015), como pontos positivos na aprendizagem, a plasticidade cerebral das pessoas com SD, o que permite reduzir suas limitações por meio da estimulação precoce e da frequência em escolas regulares.

Assim como, trabalhar com estratégias de grupo, usar de recursos de multimídia, jogos e atividades lúdicas podem facilitar a compreensão dos conteúdos e promover o desenvolvimento acadêmico e psicomotor de crianças com SD, sendo considerados pela autora e seu embasamento na literatura como aspectos positivos para a melhoria do ensino.

Portanto, percebe-se pelo que fora destacado no artigo, que a inclusão dessas crianças em escolas regulares proporciona um ambiente diversificado, onde podem aprender e interagir com outros alunos, desenvolvendo habilidades sociais e cognitivas, que os ajudarão em sua vida.

Para facilitar a visualização dos desafios e aspectos positivos em relação à aprendizagem e inclusão dos alunos com SD citados pelos referidos autores, fez-se o Quadro 1:

QUADRO 1 – Desafios e aspectos positivos na educação de crianças com Síndrome de Down

Desafios	Aspectos Positivos
Atrasos no desenvolvimento intelectual	Plasticidade cerebral permite reduzir limitações
Dificuldades na coordenação motora e escrita	Convivência com colegas serve como exemplo
Desenvolvimento mais lento	Estímulo adequado permite desenvolvimento máximo
Articulação entre escola comum e especial	Garantia de acesso, participação e aprendizagem
Necessidade de acompanhamento clínico	Desenvolvimento emocional e social
Preparo dos professores	Construção de uma cultura de valorização das diferenças
Estrutura da escola adequada	Inclusão social e diminuição do preconceito
Desenvolvimento individualizado	Reflexão e reconstrução de práticas pedagógicas
Formação contínua dos educadores	Estímulo ao desenvolvimento global da criança
Percepção da sociedade sobre inclusão	Mudança de percepção e conscientização de outros atores

Fonte: Criado pela autora (2023).

Portanto, o quadro acima vem destacar os principais desafios e aspectos positivos relacionados à educação de crianças com SD. Os desafios incluem atrasos no desenvolvimento, dificuldades específicas, necessidade de acompanhamento clínico e preparo dos professores.

Por outro lado, os aspectos positivos englobam a plasticidade cerebral, convivência com colegas, garantia de acesso e participação, construção de uma cultura inclusiva, desenvolvimento emocional e social, entre outros. Por isso, é importante considerar tanto os desafios a serem superados quanto os pontos positivos a serem fortalecidos no processo de inclusão escolar dessas crianças para poder ajudá-las da melhor forma possível a superar suas limitações e alcançar suas potencialidades.

4.2 Benefícios e desafios da implementação do PEI para crianças com deficiências.

Em relação ao PEI, o primeiro estudo que se destaca foi o de Tânia Mara dos Santos BASSI; Vilma Miranda de Brito e Celi Corrêa Neres, 2020, apresentado a Revista (online) de Política e Gestão Educacional, e intitulado de “O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas”,

Os principais pontos identificados relacionam-se aos desafios e dificuldades enfrentados no desenvolvimento do PEI nas escolas municipais de Campo Grande/MS. Foi constatado pelas pesquisadoras que a implementação do PEI ainda não é uma prática constante em sala de aula para alunos com deficiências.

Destacam que, o despreparo dos professores, a falta de formação e orientações adequadas, assim como a ausência de recursos e estrutura física necessários, foram apontados como obstáculos para o efetivo desenvolvimento e consolidação de um Plano Educacional Individualizado coerente com as dificuldades e habilidades de cada aluno.

A falta de clareza sobre o PEI para alunos com deficiências foi evidenciada, indicando que o atendimento ocorre de forma isolada e incipiente. Conforme a pesquisa, alguns entrevistados mencionaram que o PEI é realizado pelo professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou por estagiários, quando disponíveis.

No entanto, as autoras também perceberam a falta de envolvimento e articulação entre o professor do AEE, o professor regente e a equipe técnica da educação especial, o que na teoria não deveria acontecer, pois há regulamentações que a elaboração, execução e avaliação devem ser feitos por uma equipe multiprofissional.

Por isso, existe a necessidade de estabelecer uma efetiva articulação e orientação ao professor regente, por parte do professor do AEE e da equipe responsável pela educação especial, sendo destacada como fundamental.

Além disso, a pesquisa revelou a incoerência entre o aspecto legal e a prática realizada nas escolas, evidenciando a necessidade de investimento em formação continuada para todos os envolvidos no processo, especialmente os professores regentes. Para as autoras é evidente, que existe um longo caminho a ser percorrido na construção e implementação do PEI nas escolas municipais de Campo Grande/MS, incluindo o investimento em formação continuada, a melhoria da organização do apoio especializado e a promoção de uma maior interação entre os profissionais envolvidos.

A efetivação da inclusão do aluno com deficiência ainda apresenta desafios significativos, devido às lacunas existentes na estrutura e formação dos professores, sendo necessário um maior conhecimento para atender às

necessidades educacionais desses alunos e para poderem planejar, executar e avaliar de forma correta segundo as diretrizes do PEI.

Corroborando com o que a autora fala anteriormente, outra pesquisa que vem a ser objeto de análise é a das autoras Marta Aparecida de Mello Pereira, Ana Paula Camilo Pereira, sob a denominação de “Planejamento Educacional Individualizado: Desafios e Avanços Nas Práticas Colaborativas De Ensino”, 2022.

A pesquisa das autoras foi realizada na Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, destacou a importância do PEI para estudantes com deficiência intelectual, inseridos no ensino regular.

O estudo evidenciou que o PEI é um recurso essencial para criar estratégias de aprendizagem diferenciadas, promovendo a autonomia, criticidade e criatividade dos estudantes. No entanto, constatou-se que ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de fortalecer a formação dos professores em Educação Especial, diretrizes e trabalho colaborativo.

Mudanças nas políticas públicas e nas formas de trabalho, juntamente com a construção de estratégias pedagógicas diferenciadas em conjunto com os profissionais envolvidos, são elementos fundamentais para efetivar a inclusão escolar e garantir a aprendizagem dos estudantes.

É fundamental promover a reflexão e ações conjuntas entre todos os envolvidos na Educação Especial, incluindo gestores, professores, comunidade e responsáveis, visando a construção de uma escola acessível, prazerosa e inclusiva para todos os estudantes.

A pesquisa ressaltou a importância do trabalho colaborativo como uma forma eficaz de desenvolver estratégias de ensino e lidar com a diversidade presente em sala de aula. Destacou também, que o uso do PEI na Educação Especial potencializa a aprendizagem dos estudantes e permite uma avaliação sistemática do conhecimento adquirido, possibilitando o replanejamento do ensino quando necessário.

Também destacou que as práticas pedagógicas no planejamento individualizado ainda não atendem plenamente ao significado estabelecido pelos documentos que regulamentam a Educação Especial. Segundo as autoras destacam que, para superar esses desafios, é fundamental oferecer formação

adequada aos professores, promovendo uma compreensão mais profunda e uma implementação mais efetiva do PEI, visando atender às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual.

Outro artigo que trouxe consigo a importância do PEI, assim como os desafios de implementação foi escrito por Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro, 2018, publicado na revista Espaço Acadêmico e denominado de “O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão”.

Os principais pontos e resultados destacados pela autora na abordagem do PEI e sua aplicação para alunos com déficit intelectual estão relacionados a seis pontos: Flexibilização das metodologias de ensino; Colaboração entre diferentes atores da escola; Apoio ao desenvolvimento acadêmico e pessoal; Resultados positivos na aprendizagem: Formação docente e trabalho com o PEI; e Diferenciação no currículo.

Referente à flexibilização, salienta que o estudante com déficit intelectual requer que as metodologias de ensino sejam flexibilizadas para atender às suas necessidades individuais, sendo que o PEI propõe a estruturação do trabalho pedagógico com base na diferenciação, priorizando a individualização como base para o sucesso acadêmico desses alunos.

Destaca também, que a elaboração do PEI deve ser realizada em colaboração com professores do ensino comum, professores especialistas, profissionais de apoio da escola, familiares e, quando possível, o próprio aluno, pois, uma abordagem colaborativa garante que o plano leve em consideração as necessidades individuais do aluno e estabeleça metas diferenciadas de acordo com suas peculiaridades.

Por isso, a autora demonstrou que o PEI acaba proporcionando o desenvolvimento de estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades individuais de cada aluno, já que leva em conta habilidades, conhecimentos, idade, nível de escolarização e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazos.

Além disso, o PEI permite o acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico do aluno e a revisão das práticas docentes. Para a autora a aplicação do PEI demonstra ser uma estratégia favorável ao processo de aprendizagem do aluno com déficit intelectual.

O plano oferece parâmetros claros a serem atingidos por cada aluno, sem negar os objetivos gerais do currículo. O trabalho pedagógico individualizado, baseado no PEI, contribui para o desenvolvimento acadêmico adaptado do aluno e para práticas curriculares mais inclusivas.

Permite o desenvolvimento diferenciado dos conteúdos curriculares, não por meio da diferenciação de conteúdos em si, mas sim de práticas pedagógicas flexíveis e adaptadas de acordo com as necessidades dos alunos. Para isso, o currículo escolar precisa ser repensado para valorizar a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem dos estudantes.

E, por último, outro ponto a ser destacado pela autora é a formação dos professores para atuar no paradigma inclusivo, uma vez que, requer ações focais nas demandas que estes enfrentam no cotidiano ao lidarem com alunos que apresentam déficit intelectual. Por isso, os professores devem perceber esses alunos como produtores de conhecimento e trabalhar com práticas pedagógicas que valorizem a ação e a interação.

Um outro artigo, que acabou se tornando relevante para esta pesquisa é o de Gabriela Tannus-Valadão e Enicéia Gonçalves Mendes, publicado na revista *Revista Brasileira de Educação* no ano de 2018, que veio abordar não somente os benefícios e desafios para o planejamento e execução do PEI, mas também, traz uma pesquisa muito bem redigida sobre como é esse plano em outros países considerados como de primeiro mundo, a saber: Itália, Espanha, Estados Unidos e França.

Pode-se dizer, que segundo as autoras, fica evidente que quando comparado o tipo de objetivo do PEI com esses países, percebe-se que o Brasil volta a fundamentação do seu plano em objetivos como mudar, eliminar, substituir os comportamentos aos quais não são adequados ao convívio em “sociedade” por partes desses sujeitos, que necessitam de uma educação especial.

Além disso, a pesquisa traz consigo dados acerca de como é a realidade das redes escolares acerca dos Planejamentos Individualizados. De acordo, com as autoras a realidade apresentada demonstra principalmente os desafios já citados nos trabalhos mencionados no decorrer dessa análise.

Isso ocorre, pela falta de formação e entendimento dos profissionais “educadores” acerca do que é base conceitual do PEI, bem como, ainda é

incipiente o entendimento das diretrizes que orientam seu planejamento, execução e avaliação, já que, ao serem comparadas aos países desenvolvidos, evidencia-se o atraso na educação especial.

Contudo, as autoras, salientam que os países já supracitados, também têm algumas dificuldades em aplicar suas diretrizes tanto no que diz respeito à inclusão quanto à aplicação, planejamento de seus planos individualizados às crianças, adolescentes e adultos com deficiências.

Vale ressaltar, que as autoras apontam que, se o professor continuar a planejar o ensino dos alunos com deficiências de forma independente, tanto na classe comum quanto nos serviços especializados, ainda existirão muitas queixas de que esses alunos não estão avançando no processo de escolarização, que a escolarização tem apenas função de socialização, que os professores da classe comum não sabem como ensiná-los e que alunos adolescentes e adultos precisam tomar um rumo e sair da escola básica.

Isso reforça a descrença de que a escola comum seja afinal o melhor lugar para escolarizá-los.

Portanto, é necessário buscar alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes na escola, com práticas pedagógicas inovadoras que visem ao sucesso de aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências.

Alicerçadas em diferentes autores as pesquisadoras, salientam que é de suma importância haver uma formação contínua dos educadores em relação à Educação Especial e à inclusão, bem como uma estruturação adequada das escolas para receber alunos com deficiências, para que somente assim, possam ter a possibilidade da verdadeira inclusão educacional.

Diante desses achados, foi possível criar o Quadro 2, com o que os autores destacaram como aspectos positivos e desafios na implementação do PEI.

QUADRO 2 – Benefícios e desafios da implementação do PEI para crianças com necessidades educacionais

Aspectos Positivos do PEI	Desafios na Implementação do PEI
Criação de estratégias diferenciadas	Falta de entendimento e formação adequada
Autonomia, criticidade e criatividade	Ausência de recursos e estrutura física
Inclusão escolar para todos	Falta de clareza sobre o PEI

Aprendizagem sistematizada	Implementação isolada e incipiente
Colaboração e trabalho em equipe	Falta de articulação entre profissionais
Avaliação e replanejamento	Incoerência entre aspecto legal e prática
Formação continuada	Lacunas na estrutura e formação dos professores
Acesso aos conteúdos escolares	Superar desafios na construção e implementação
	Investimento em formação e interação entre os profissionais
	Necessidade de uma escola acessível e inclusiva
	Atender às necessidades educacionais dos alunos
	Mudanças nas políticas e formas de trabalho

Fonte: Criado pela autora (2023).

Esse quadro resume os aspectos positivos levantados pelas pesquisadoras acerca do PEI, como a criação de estratégias diferenciadas, o desenvolvimento da autonomia e criatividade dos alunos, a inclusão escolar e a importância da colaboração e trabalho em equipe.

Por outro lado, também destaca os desafios na implementação do PEI, incluindo a falta de entendimento e formação adequada, a ausência de recursos e estrutura física, a incoerência entre o aspecto legal e a prática, a necessidade de investimento em formação continuada, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de crianças com SD é um aspecto positivo destacado no presente estudo, promovendo a participação e aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças.

O trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e especial contribui para uma atuação interdisciplinar que complementa a formação dos alunos com deficiência. Além disso, a convivência com colegas sem deficiência beneficia as crianças com SD, servindo como exemplo de comportamento e auxiliando em seu desenvolvimento emocional e social.

A inclusão do aluno com SD na Educação Básica enfrenta uma série de desafios, como a falta de formação contínua dos educadores em relação à síndrome, a necessidade de elaborar atividades específicas adaptadas ao currículo, a estruturação adequada das escolas para receber alunos com deficiências e a tendência dos professores em priorizar o senso comum do trabalho tradicional.

Além disso, a participação da família na inclusão e a necessidade de tratamento desde cedo com especialistas são questões importantes a serem abordadas. A dificuldade em estabelecer um padrão estereotipado previsível nas crianças com SD também se mostra um desafio constante apresentado nas pesquisas analisadas.

No entanto, a inclusão traz consigo diversos aspectos positivos, como a igualdade de oportunidades e direitos para todos os alunos, o enriquecimento mútuo por meio da aprendizagem entre os colegas, o estímulo através da ludicidade que favorece a compreensão dos conteúdos, a possibilidade de uma melhor qualidade de vida para a criança com SD e o reconhecimento de que a Educação Inclusiva é um direito fundamental para todas as crianças, trazendo benefícios para todos os envolvidos nesse processo.

Os achados em relação a aspectos positivos e desafios encontrados destacam a importância do PEI para alunos com deficiências, evidenciam a necessidade de estratégias diferenciadas, colaboração entre os profissionais e avaliação sistemática. Os aspectos positivos do PEI incluem a criação de práticas pedagógicas adaptadas, autonomia dos alunos e inclusão escolar.

No entanto, percebe-se pelos artigos analisados, que os desafios na implementação do PEI estão relacionados à falta de entendimento e formação adequada dos professores, ausência de recursos e estrutura física, incoerência entre aspecto legal e prática, além da necessidade de investimento em formação continuada e mudanças nas políticas e formas de trabalho. É fundamental superar esses desafios para garantir uma educação inclusiva e atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência intelectual.

Outros desafios encontrados na leitura dos artigos selecionados e apresentados, que abordam o PEI dizem respeito à falta de estudos que comprovem suas contribuições para o desempenho escolar de estudantes com deficiência, bem como a escassez de informações claras sobre sua operacionalização.

Além disso, é evidente a necessidade de pesquisas futuras que apresentem estratégias efetivas de organização e implementação do PEI, especialmente em relação a estudos de casos com crianças com SD.

Faço vista, que embora haja uma quantidade considerável de pesquisas e estudos de caso com autistas, a literatura científica apresenta uma carência de trabalhos voltados especificamente para crianças com SD.

Assim sugere-se para próximas pesquisas, ampliar esse escopo que se apresenta de forma limitada, com estudos de caso com crianças com SD, a fim de compreender melhor suas necessidades e desenvolver estratégias eficazes para promover uma educação de qualidade desenvolvendo o PEI como uma ferramenta relevante para promover a inclusão escolar de qualidade.

Diante de todos esses achados, pode-se dizer que a pesquisa conseguiu chegar ao seu limiar, onde desenvolveu-se de forma sucinta mostrando como se dá o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com SD, abordou sobre as políticas públicas educacionais de inclusão, bem como, o que a literatura fala sobre o PEI e sua aplicabilidade junto às crianças com algum tipo de necessidade educacional.

A Educação Inclusiva é um direito adquirido por todas as crianças, inclusive daquelas com deficiência, e deve ser primada pela qualidade, que só é adquirida com a incessante busca do conhecimento e aprimoramento das práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thais Patrício de. **Estimulação precoce e desenvolvimento da Criança com Síndrome de Down**. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicopedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. f.31. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1869/1/TPA21062016>. Acesso em: 09 de nov. 2022.

BARBOSA, Vânia Benvenuti; CARVALHO, Marcos Pavani de. **Plano Educacional Individualizado: PEI**. 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/570204/2/Produto%20Educacional.pdf>. Acesso em: 13 de jan. 2023.

BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado; GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner; VESTENA, Carla Luciane Blum. A construção da escrita em crianças com síndrome de Down incluídas em escolas regulares. **Revista Educação Especial**, vol. 30, núm. 57, p. 219-234, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313150464016/html/>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

BASSI, Tânia Mara dos Santos.; BRITO, Vilma Miranda de Brito; NERES, Celi Corrêa O plano educacional individualizado e a escolarização dos alunos com deficiência intelectual: políticas e práticas. **Revista (online) de Política e Gestão Educacional**, v.24, n. esp. 2, p. 1015–1034, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14329>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em: 21 de nov. 2022.

BERMUDES, Karla Roberta Braz; PENHA, Maria Joana da. **A inclusão de crianças com síndrome Down na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Multivix, 2018, 18f. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-inclusao-de-criancas-com-sindrome-de-down-na-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2022.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007.

BRASIL. Resolução Nº. 2, de 11 de fevereiro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

CAMPOS, Léia dos Santos Cordeiro **Inclusão escolar: Realidade e possibilidades.** Monografia de Especialização (Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2015, f.59. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15786/1/2015_LeiaDosSantosCordeiroCampos_tcc.pdf. Acesso em: 04 de dez. 2022.

CATAFESTA, Jéssica Aparecida Jung. **EDUCAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN.** 2013. Monografia (Especialização em Educação) - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Medianeira. 2013, 52f. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20815/2/MD_EDUMTE_2014_2_44.pdf. Acesso em: 27 de out. 2022.

COELHO, Ingrid Mesquita, ALVES, Rosemary Amanda Lima, SOUZA, Daniel Cerdeira de, HONORATO, Eduardo Jorge Sant'Ana. Educação de crianças com síndrome de down: uma revisão da literatura. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v.6, n.16, p.154 – 172, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3895/3099>. Acesso em: 21 de mai. 2023.

COSTA, Daniel da Silva; SCHMIDT, Carlos. Plano Educacional Individualizado para Estudantes com Autismo: revisão conceitual. **Cadernos de Educação - Faculdade de Educação (UFPEL)**, Pelotas, n. 61, p. 102-128, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/12616>. Acesso em: 04 de fev. 2023.

CUNHA, Elisângela Fros. **Plano de ensino individualizado.** Diário online (weblog) “blog da professora Elis”, 2012. Disponível em: <http://aesaladerecursos.blogspot.com/2012/06/plano-de-ensino-individualizado-pei.html>. Acesso em: 19 jan. 2023.

CUNHA, Rosa Maria Oliveira da. **APRENDIZADO E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.** Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escola) - UnB/UAB, Brasília, DF, 2015. f.39. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15852/1/2015_RosaMariaOliveiraDaCunha_tcc.pdf. Acesso em: 18 de mai. 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05 de out. 2022.

DÍAZ, Félix. (Online) **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5190/1/O%20processo%20de%20aprendizagem-repositorio2.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2022.

GLAT, Rosana; ESTEF, Suzanli. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0184>. Acesso em 16 de jan. 2023.

EUZÉBIO, Márcia Caldeira. **Brincando com Crianças com Síndrome de Down**. 2021. Projeto de Intervenção (Curso de Psicologia) – Centro Universitário de Belo Horizonte, 2021, f.23. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19005/1/TCC%20Finalizado%20M%c3%a1rcia%20Caldeira%20Euz%c3%a9bio.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

FERRAZ, Andreia de Melo Costa. **Produção consonantal e características dimensionais do palato duro em pessoas com Síndrome de Down**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista – BA, 2021, f.145. Disponível em: <https://repositorio.cepelin.org/index.php/repositorioppglintesesdissertaco/article/view/215>. Acesso em: 14 de nov. 2022.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Revista Ciências Humanas e Sociedade**, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/chsr.2014.005>. Acesso em: 23 de jan. 2023.

GOMES, Lucineide Omena. **O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO ALIADO NO ENSINO DE ESTUDANTES COM AUTISMO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas, 2022, f. 53. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9141/1/O%20plano%20educacional%20individualizado%20como%20aliado%20no%20ensino%20de%20estudantes%20com%20autismo.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2022.

KOCH, Maureen; DA SILVA, Denise Regina Quaresma. Políticas educacionais inclusivas e a síndrome de Down: Diferentes interações no contexto educacional inclusivo. **DIÁLOGO**, n.31, p. 89-103, abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/2238-9024.16.26>. Acesso em: 16 de mai. 2023.

LIMA, Alessandra Costa Fontes. **PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NOS ANOS INICIAIS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO: UM ESTUDO DE CASO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021, f.49. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/43780/1/TCC%20ALESSANDR A%20-%20VERS%c3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2022.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. – 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

MARIN, Márcia; MARETTI, Márcia. Ensino Colaborativo: Estratégias de Ensino para a Inclusão Escolar. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS EM DIÁLOGO**, 1., 2014, Rio de Janeiro, UERJ, 2014 p.1-8. Disponível em: https://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin_e_maretti.pdf%3e. Acesso em: 11 de fev. 2023.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho M. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v.18, n.205, p. 12-22, 2018. Disponível <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43318>. Acesso em: 22 de mai. 2023.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, Ângela Fernandes de. A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Revista e-mosaicos (CAp-UERJ)**, v.4, n.8, p. 40-49, dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/20229/14588>. Acesso em: 23 de mai. 2023.

MENEZES, Fabiana Bezerra Felix de; BARRETO, José Ricardo; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. ESTIMULAÇÃO PRECOCE COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Anais V CONEDU** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV1_17_MD4_SA10_ID5229_08072018212457.pdf. Acesso em: 18 de mai. 2023.

MIRANDA, Edna Maria de. A Prática Pedagógica com Alunos com Síndrome de Down nos Anos Iniciais. 2019. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/a-pratica-pedagogica-com-alunos-com-sindrome-de-down-nos-anos-iniciais>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

MONTEIRO, Maria Conceição de Melo; GOMES, Rovania. **A criança com síndrome de Down**: ensino e aprendizagem. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia) – Faculdade do Noroeste de Minas, 2019, f.25. Disponível em: <https://finom.edu.br/assets/uploads/cursos/tcc/201906051506199.pdf>. Acesso em: 17 de nov. 2022.

MOURA, Gabriela Molina. **ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN**: um estudo de produções acadêmicas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista, 2021, f.158. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216026/molina_gp_me_arafcl.pdf?sequen. Acesso em: 17 de nov. 2022.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira. **Ações inclusivas no âmbito do IF Sudeste MG**: um processo em construção. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-WanessaMoreiradeOliveira19.pdf>. Acesso em: 09 de fev. 2023.

PEREIRA, Débora Mara. **Análise dos efeitos de um plano educacional individualizado no desenvolvimento acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2014, p. 181. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/14582/1/DeboraMP_DISSERT.pdf. Acesso em: 23 de jan. 2023.

PEREIRA, Marta Aparecida de Mello; PEREIRA, Paula Camilo. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: DESAFIOS E AVANÇOS NAS PRÁTICAS COLABORATIVAS DE ENSINO. **Revista Colloquium Humanarum**, v.19, nº.1, p. 1–15, 2014. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4180>. Acesso em: 16 de mai. 2023.

RODRIGUES, David (Org.). **Investigação em educação inclusiva**. v. 1. Lisboa: FEEI, 2006.

ROVERSSI, Tabata Tatiane Ramalho. FIER, José Rubens. Os benefícios da Psicomotricidade na Educação Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 10, v. 01, p. 49-62, set. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/beneficios-da-psicomotricidade>. Acesso em: 16 de nov. 2023.

SALDANHA, Soraya Paulina de Oliveira. **Desempenho ocupacional de crianças com Síndrome de Down atendidas em uma clínica escola**. 2017. Monografia (Terapia Ocupacional) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PA. 2017, f.49. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11757/1/SPOS15122017.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2023.

SANTOS, Jaqueline da Cruz; MENEZES, Livia Melo de Araújo; ROSA, Márcia Cristiane Mota. **A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: ASPECTOS DA INTERAÇÃO SOCIAL**. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia) Faculdade São Luís de França. 13f, 2016. Disponível em:

<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc1-6.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2022.

SANTOS, Joice Alves dos; SANTOS, Geilma Silva dos. SANTOS, Miriam de Souza; ALMEIDA, Erica Cristina Almeida; SOUZA, Edson Alves de. Desafios pedagógicos nos processos de ensino - aprendizagem das crianças com síndrome de down. **Revista Saberes Docentes**, v.7, n.13, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rsd/article/view/399/421>. Acesso em:

SANTOS, Leosvaldo dos; FARIAS, Rita de Cascia Freitas; SANTANA, Suzi Souza. **APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia) Faculdade São Luís de França. 2016, 11f. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_04.pdf. Acesso em: 07 de nov. 2022.

TANNUS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, vol.23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de mai. 2023.

TANNUS-VALADÃO, Gabriela. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado**: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2014, f.245. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2933/%206402.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 de fev. 2023.

_____, **Planejamento educacional individualizado na educação especial**: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP. 2010, f.130. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3070/3397.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 de fev. 2023.

TRONCOSO, Maria Victoria; DEL CERRO, Maria Mercedes. **Síndrome de Down**: leitura e escrita. Porto Editora – Portugal, 2004.

VOIVODIC, Maria Antonieta Machado de Almeida. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZUCCA, Viviane Chagas. SILVA, Marlene Barbosa dos Santos. Deficiência Mental e Síndrome de Down: Características e dificuldades de aprendizagem. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ed. 11, v. 04, p. 89-100, nov. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/deficiencia-mental>. Acesso em: